







MASTERPLAN PALCO URBANO ANÁLISE DE PROPOSTA PROJETUAL

BRUSTOLIN, Marina Fogaça.¹
OLIVEIRA, Luciane Mohr de²
ROCHA, Maria Eduarda Gonçalves.³
ROMERO, Milena Cawany.⁴
DIAS, Solange Irene Smolarek.⁵

RESUMO

Este estudo investigou o planejamento urbano contemporâneo por meio da análise crítica do *Masterplan* Palco Urbano, concebido para a cidade de Cascavel-PR. O problema investigado foi: como conceber e avaliar um *masterplan* capaz de promover vitalidade urbana, sustentabilidade e inclusão social? Para responder a essa questão, foram formuladas as hipóteses de que a diversidade de usos e a vitalidade 24/7 ampliam a dinâmica urbana e a segurança; a biofilia e a mobilidade ativa contribuem para o bem-estar coletivo; e a aplicação de instrumentos de gestão urbana assegura a viabilidade econômica do projeto. O objetivo geral consistiu em desenvolver e analisar criticamente a concepção de um complexo cultural inovador, integrando instituições de prestígio, espaços públicos de qualidade e soluções urbanas sustentáveis. A avaliação crítica do *Masterplan* Palco Urbano foi realizada a partir da metodologia de análise proposta por Dias (2025), que define sete eixos fundamentais para a leitura de *masterplans* contemporâneos: coerência entre diretrizes e propostas; integração multiescalar; governança e participação; sustentabilidade territorial; capacidade adaptativa; promoção do bem-estar e da felicidade urbana (FIB); e alinhamento com objetivos estratégicos de cidades inteligentes. A aplicação desse referencial permitiu identificar potencialidades e fragilidades do projeto, destacando que a setorização entre áreas culturais, educacionais, tecnológicas e de lazer fortalece a economia criativa e estimula a interação social.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento urbano; Masterplan; Vitalidade urbana; Biofilia; Cidade de 15 minutos.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o planejamento urbano contemporâneo, com foco na análise crítica de *masterplans* sob a ótica do urbanismo sustentável e integrador. Justifica-se pela necessidade de compreender como propostas urbanísticas de grande escala, como o *Masterplan* Palco Urbano,

¹Acadêmica de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAG. Elaborado em interdisciplinaridade entre a disciplina de Projeto de Urbanismo, Arquitetura e Paisagismo: *Masterplan* em Expressão Conceitual. E-mail: mfbrustolin1@minha.fag.edu.br

²Acadêmica de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAG. Elaborado em interdisciplinaridade entre a disciplina de Projeto de Urbanismo, Arquitetura e Paisagismo: *Masterplan* em Expressão Conceitual. E-mail: lmoliveira10@minha.fag.edu.br

³Acadêmica de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAG. Elaborado em interdisciplinaridade entre a disciplina de Projeto de Urbanismo, Arquitetura e Paisagismo: *Masterplan* em Expressão Conceitual. E-mail: megrocha@minha.fag.edu.br

⁴Acadêmica de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAG. Elaborado em interdisciplinaridade entre a disciplina de Projeto de Urbanismo, Arquitetura e Paisagismo: *Masterplan* em Expressão Conceitual. E-mail: mcromero1@minha.fag.edu.br

⁵Professora orientadora da presente pesquisa. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG – Cascavel/PR. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPR. Mestre em Letras pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Cascavel. Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis. E-mail: solange@fag.edu.br







podem contribuir para a valorização cultural de Cascavel – PR e para a construção de uma cidade mais equilibrada entre inovação, sustentabilidade e inclusão social.

O problema da pesquisa consiste em responder: como analisar criticamente um *masterplan* a partir de critérios que revelem sua coerência, integração e contribuição para o urbanismo contemporâneo? As hipóteses consideram que a aplicação de uma metodologia estruturada em eixos de análise permite compreender, de forma sistemática, as potencialidades e fragilidades de um plano urbano, como o *Masterplan Palco Urbano*, evidenciando tanto seus avanços quanto suas limitações em termos de governança e participação social.

O objetivo geral é investigar como realizar a análise crítica de um *masterplan*, utilizando como referência a metodologia de avaliação em sete eixos proposta por Dias (2025) e aplicando-a ao *Masterplan Palco Urbano* como estudo de caso. Os objetivos específicos são: a) identificar os fundamentos teóricos que orientam a análise de *masterplans* no contexto do urbanismo contemporâneo; b) compreender a metodologia dos sete eixos de avaliação; c) aplicar essa metodologia ao caso do *Masterplan Palco Urbano*; e d) discutir os resultados obtidos, destacando os critérios e procedimentos que qualificam a análise de *masterplans* em contextos urbanos atuais.

O marco teórico fundamenta-se em Jacobs (2009) e Gehl (2014), que tratam da vitalidade urbana e do papel social das cidades, e em Dias (2025), cuja metodologia de sete eixos orienta a análise crítica. O encaminhamento metodológico aplica essa estrutura ao caso do *Masterplan* Palco Urbano, permitindo identificar seu desempenho em cada eixo e discutir suas contribuições e fragilidades diante dos desafios do urbanismo contemporâneo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O *Masterplan* pode ser definido como uma ferramenta estratégica de planejamento urbano que orienta o desenvolvimento físico e funcional de uma cidade ou de um conjunto arquitetônico de forma integrada e a longo prazo. Sua finalidade é assegurar que as transformações urbanas ocorram de maneira ordenada, com foco na qualidade de vida e no uso humano do espaço.

Nesse sentido, a qualidade do espaço urbano e a vitalidade das cidades devem constituir a prioridade central no planejamento contemporâneo. Conforme postulado por Jan Gehl em Cidades para Pessoas (2014), o design urbano eficaz deve ter como premissa a interação humana com o





espaço, promovendo a escala do pedestre e priorizando as atividades e a permanência das pessoas nas áreas públicas. Assim, o *Masterplan* consolida-se como um instrumento que traduz esses princípios em diretrizes espaciais e funcionais de aplicação prática (MOREIRA, 2021).

2.1 URBANISMO E CONCEITOS DE VITALIDADE URBANA

Os conceitos foram selecionados por representarem estratégias fundamentais para a construção da vitalidade urbana princípio que orienta o desenvolvimento de cidades mais seguras, humanas e dinâmicas. Cada um deles aborda diferentes dimensões do urbanismo contemporâneo, contribuindo para compreender como o espaço urbano pode promover bem-estar, interação social e qualidade de vida.

2.1.1 FIB Urbano

A Felicidade Interna Bruta (FIB) representa uma significativa mudança de paradigma nas métricas de desenvolvimento socioeconômico, propondo uma visão mais humana e abrangente do progresso. Originada no Butão em 1972, essa filosofia e índice sugerem que o sucesso de uma nação não deve ser medido apenas pelo crescimento econômico (Produto Interno Bruto – PIB), mas sim pelo bem-estar integral e pela felicidade de sua população (ARCHDAILY, 2024). Ela surge como um contraponto ao modelo tradicional de desenvolvimento, defendendo que o verdadeiro avanço de uma nação ou cidade deve considerar dimensões sociais, ambientais e culturais, e não apenas a expansão econômica (NUPEAT, UFG, 2011).

O FIB baseia-se na ideia de que o progresso genuíno resulta da harmonia entre o desenvolvimento material e os fatores psicológicos, espirituais, culturais e ambientais. Essa abordagem reconhece que o bem-estar está ligado à qualidade do ambiente em que as pessoas vivem, incluindo o acesso a espaços públicos, áreas verdes, moradia digna e convivência comunitária. Embora muitos desses fatores pareçam subjetivos — como otimismo, espiritualidade e senso de pertencimento —, eles estão profundamente conectados à forma como o ambiente construído e a arquitetura urbana são planejados e vivenciados (ECOTELHADO, 2024).











2.1.2 Fachada Ativa

O conceito de Fachada Ativa está intrinsecamente ligado à teoria de vitalidade urbana e segurança dos espaços públicos. A base conceitual reside na ideia dos "olhos da rua", formulada pela escritora e ativista Jane Jacobs (2009) em sua obra seminal Morte e Vida das Grandes Cidades.

Jacobs (2009) argumenta que a segurança e o controle cotidiano nas ruas são gerados pela própria presença e observação das pessoas que utilizam e habitam o entorno, criando uma vigilância natural. Em contraposição, ela critica modelos urbanos que promovem a verticalização excessiva, edifícios isolados e de uso único, que negam o contato direto com a rua (GHISLENI, 2023; JACOBS, 2009).

Nesse contexto, a Fachada Ativa é uma estratégia de projeto urbano-arquitetônico que busca reverter essa negação, sendo definida como: A ocupação da fachada no alinhamento do passeio público por uso não residencial, com acesso e abertura direta para o logradouro (SEDUH-DF, 2019).

Conforme prevê a Prefeitura de São Paulo (2024), seu objetivo primordial é promover usos mais dinâmicos e a interação entre o passeio público e as atividades instaladas no pavimento térreo das edificações, fortalecendo a vida urbana nos espaços de convivência. Para isso, é essencial garantir a permeabilidade física e visual do térreo, evitando a multiplicação de planos fechados e paredes cegas que rompem a relação entre o edifício e a cidade.

2.1.3 Vitalidade 24/7

O conceito de vitalidade 24/7 é fundamental para o sucesso do espaço urbano, referindo-se à sua capacidade de operar de forma contínua, segura e acessível durante todas as horas do dia e da noite. A permanência de atividade é um objetivo central do bom planejamento, uma vez que estabelece as condições para a integração social e a segurança no ambiente construído (BRITTO, 2013).

Essa funcionalidade ininterrupta gera um fluxo contínuo de usuários em diferentes turnos, que, por sua vez, estabelece o princípio da "vigilância natural", um dos pilares teóricos de Jane Jacobs. O uso constante do espaço impede que ele se torne vazio ou abandonado, o que desestimula a









criminalidade e aumenta a percepção de segurança, confirmando que "olhos na rua" são essenciais para a vitalidade e a autogovernança da cidade (BRITTO, 2013).

Portanto, um *Masterplan* que busca a Vitalidade 24/7, deve ter o uso misto como princípio básico para criar comunidades que se policiam e promovem, naturalmente, uma qualidade de vida superior (BRITTO, 2013).

2.1.4 Urbanismo Tátil

O urbanismo tático é uma intervenção no espaço urbano que se destaca por sua natureza experimental, de baixo custo e rápida execução. Consiste na aplicação de ideias e ações civis, frequentemente temporárias e reversíveis, que funcionam como um laboratório prático para testar o potencial de mudança em uma determinada área da cidade (ARCHDAILY, 2023; PACHECO, 2018).

O objetivo não é substituir o planejamento de longo prazo, mas sim complementá-lo. Ao invés de aguardar grandes obras de infraestrutura, esta metodologia propõe soluções imediatas que trazem beneficios significativos e tangíveis para os usuários. Por meio de projetos simples, como a criação de *parklets*, pinturas no asfalto para readequar o tráfego ou a instalação de mobiliário urbano temporário, o urbanismo tático instiga uma nova forma de uso do espaço, democratizando-o e priorizando a escala humana (ARCHDAILY, 2023; PACHECO, 2018).

2.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO E FINANCIAMENTO URBANO

Os instrumentos de gestão e financiamento urbano são fundamentais para viabilizar intervenções que promovam o desenvolvimento sustentável das cidades, articulando recursos públicos e privados em prol do interesse coletivo. Esses mecanismos contribuem para equilibrar o crescimento urbano, direcionando investimentos de forma planejada e responsável. Mecanismos como a Operação Urbana Consorciada, a Outorga Onerosa do Direito de Construir e a Concessão de Direito Real de Uso fortalecem o planejamento urbano, estimulam investimentos, ampliam a oferta de espaços públicos qualificados e asseguram que o crescimento urbano ocorra de forma sustentável, inclusiva e socialmente justa.





2.2.1 Operação Urbana Consorciada (OUC)

As Operações Urbanas Consorciadas referem-se a um conjunto de intervenções e medidas, promovidas pelo poder público municipal em parceria com diferentes agentes como proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o propósito de preservar, revitalizar ou transformar áreas urbanas específicas. Por meio desse instrumento, busca-se promover mudanças significativas na configuração urbana, impulsionando melhorias sociais, valorização ambiental e a reestruturação física e funcional do território (OLIVEIRA, 2001).

2.2.2 Outorga Onerosa do Direito de Construir

A Outorga Onerosa do Direito de Construir é um instrumento que permite ao município definir uma proporção entre a área do terreno e o potencial construtivo autorizado. Caso o proprietário deseje edificar além do limite básico estabelecido, ele pode obter essa ampliação mediante o pagamento de uma contrapartida financeira ao poder público, calculada proporcionalmente ao valor do terreno. Os recursos arrecadados por meio desse mecanismo são destinados a ações de interesse coletivo, como a produção de habitação social, regularização e formação de reservas fundiárias, implantação de equipamentos públicos, além da criação e preservação de áreas verdes ou de relevância histórica, cultural e paisagística (OLIVEIRA, 2001).

2.2.3 Concessão de Direito Real de Uso

A Concessão de Direito Real de Uso é um instrumento que permite ao Poder Público ceder bens imóveis para um particular, para fins de uso específico e de interesse social. Trata-se de um contrato administrativo que confere ao concessionário um direito real sobre o bem, vinculando-o a uma destinação específica e podendo ser resolúvel se as condições não forem cumpridas. O instrumento se destina para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo de terra ou outra utilização de interesse social (BRASIL, 2001).





2.3 ABORDAGENS DE SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA

O planejamento urbano sustentável envolve uma abordagem ampla, que vai além das questões ambientais e engloba também fatores sociais e econômicos, buscando promover o equilíbrio dessas dimensões de forma harmoniosa e equitativa. Por meio da adoção de tecnologias ecológicas, de estratégias de ocupação do solo adaptadas às condições climáticas e de estímulos à eficiência energética, é possível tornar as cidades mais adaptáveis, resilientes e adaptáveis para seus residentes.

2.3.1 Sustentabilidade Urbana

A sustentabilidade urbana refere-se à adoção de práticas capazes de reduzir o consumo de recursos naturais, aumentar a eficiência energética e minimizar a geração de resíduos. Estratégias como a utilização de materiais de construção sustentáveis, a implementação de sistemas de energia renovável e a promoção do transporte público podem desempenhar papel fundamental na consolidação de cidades mais sustentáveis. Ademais, a criação de espaços verdes, como parques e jardins, não apenas contribui para a melhoria da qualidade do ar e da biodiversidade urbana, mas também oferece áreas de lazer e promove o bem-estar da população (DIAS, 2024).

2.3.2 Sustentabilidade Social

A sustentabilidade social na arquitetura consiste em projetar espaços e edificios que favoreçam o bem-estar coletivo, a inclusão e a coesão comunitária. Ela prioriza a criação de ambientes que estimulem interações sociais positivas, atendam a diferentes necessidades e contribuam para melhorar a qualidade de vida. Além disso, leva em conta aspectos sociais, culturais, econômicos e de saúde da comunidade, buscando enfrentar desafios sociais e gerar impactos positivos a longo prazo para os moradores (GHISLENI, 2023).





2.3.3 Sustentabilidade Econômica

De acordo com Romeiro (2012), a sustentabilidade econômica consiste na manutenção do crescimento econômico de forma equilibrada, garantindo que os recursos financeiros e produtivos sejam utilizados de maneira eficiente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

2.3.4 Smart Cities (Cidades Inteligentes)

De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma cidade inteligente é aquela que coloca as pessoas no centro do seu desenvolvimento, incorporando tecnologias de informação e comunicação na gestão urbana e usando estes elementos como ferramentas para estimular a formação de um governo eficiente que inclua processos de planejamento colaborativo e participação cidadã (ÁVILA, 2017).

2.4 OS SETE EIXOS PROPOSTO POR DIAS

Os sete eixos servem como base metodológica para a avaliação e estruturação de *masterplans* contemporâneos. A partir desses parâmetros, é possível compreender o grau de eficiência, inovação e compromisso social que cada projeto estabelece com o território, reforçando o papel do planejamento urbano como instrumento estratégico de transformação e bem-estar coletivo.

2.4.1 Coerência entre diretrizes e propostas

A coerência entre diretrizes e propostas como cita Dias (2025) consiste na análise da correspondência entre os objetivos estratégicos definidos no plano e as soluções espaciais desenvolvidas. Esse processo busca verificar se as diretrizes estabelecidas são efetivamente refletidas nas propostas apresentadas, garantindo alinhamento entre a intenção planejada e a materialização projetual. Considera-se, para isso, a clareza das metas formuladas, dos indicadores adotados e das





ações estruturantes previstas, assegurando que o conjunto do plano apresenta consistência interna e capacidade de implementação.

2.4.2 Integração multiescalar

Para Dias (2025) a eficácia do *Masterplan* exige uma governança multinível. Verticalmente, ele deve integrar as escalas superiores (Regiões Metropolitanas e macrozonas) para a gestão de funções comuns (mobilidade, saneamento) e desdobrar-se nas inferiores (bairros e quadras), orientando o desenho urbano e o adensamento. Horizontalmente, deve compatibilizar os instrumentos setoriais (Planos de Mobilidade) e fomentar a cooperação intermunicipal, garantindo que as projeções espaciais e a infraestrutura estejam sincronizadas com a estratégia de gestão compartilhada do território.

2.4.3 Governança e participação

A avaliação da estrutura de governança do *Masterplan* deve focar em sua legitimidade e eficácia, analisando o nível de transparência e a qualidade da participação dos *stakeholders* (incluindo sociedade civil e setor privado). É crucial verificar a efetividade dos mecanismos de controle social (Conselhos e audiências) para garantir a *accountability* e a fiscalização. A análise também deve incidir sobre a adequação dos instrumentos legais e operacionais utilizados (como zoneamento e outorga onerosa) que tornam as diretrizes do plano exequíveis na gestão e implementação territorial (DIAS, 2025).

2.4.4 Sustentabilidade territorial

A sustentabilidade territorial em *masterplans* busca integrar de forma equilibrada as dimensões ambiental, econômica e social, articulando políticas públicas, planejamento urbano e inovação tecnológica. Segundo Dias (2025), essa integração deve se traduzir em práticas concretas, como o fortalecimento da infraestrutura verde, a promoção da mobilidade sustentável, a adoção de estratégias de resiliência climática e o incentivo à economia circular. Nesse sentido, o planejamento





urbano deve ir além da mitigação de impactos ambientais, atuando como instrumento de transformação territorial capaz de equilibrar crescimento econômico e preservação ecológica.

A sustentabilidade territorial representa um compromisso ético e social com a equidade urbana. Dias (2025) ressalta que cidades verdadeiramente sustentáveis são aquelas que garantem acesso à moradia digna, espaços públicos inclusivos e oportunidades equitativas de desenvolvimento. Quando projetos se limitam à estética ou às demandas de mercado, tendem a acentuar desigualdades e enfraquecer a coesão social. Assim, a sustentabilidade territorial deve ser entendida como um processo contínuo e participativo, essencial para a construção de cidades resilientes, justas e ambientalmente equilibradas.

2.4.5 Capacidade adaptativa

A capacidade adaptativa de um *masterplan* refere-se à sua flexibilidade diante de contextos de incerteza, como crises econômicas, mudanças políticas, transformações sociais e ambientais. Segundo Dias (2025), planos urbanos não devem ser concebidos como documentos rígidos, mas como plataformas estratégicas em constante revisão, capazes de responder a cenários dinâmicos sem perder de vista os objetivos de longo prazo. Essa característica é essencial em um contexto urbano em constante transformação, exigindo instrumentos de planejamento abertos e ajustáveis ao longo do tempo. Dispositivos de monitoramento e modulação permitem que ajustes sejam feitos continuamente, garantindo que as propostas se mantenham atuais e funcionais frente às novas demandas da cidade contemporânea.

A existência de mecanismos formais de revisão periódica é fundamental para evitar que o plano se torne obsoleto ou desconectado das necessidades reais do território. Essa revisão constante permite incorporar inovações e adaptar estratégias às mudanças sociais e tecnológicas. Dias (2025) destaca que a combinação entre visão estratégica e capacidade de adaptação é um dos pilares do sucesso dos *masterplans*, pois possibilita a atuação conjunta de gestores públicos, comunidade e setor privado. Assim, a flexibilidade planejada não representa ausência de diretrizes, mas sim a criação de instrumentos capazes de orientar o desenvolvimento urbano de forma contínua, participativa e resiliente.







2.4.6 Promoção do bem-estar e da felicidade urbana (FIB)

Segundo Dias (2025) a verificação do *Masterplan* deve ir além dos indicadores econômicos e físicos, focando na incorporação dos aspectos subjetivos do bem-estar e da sustentabilidade social.

A avaliação deve levar em consideração a qualidade de vida e o bem-estar humano, que abrange fatores como saúde emocional, a preservação de vínculos comunitários e a promoção do equilíbrio entre trabalho e lazer. Esta análise deve ser fundamentada na busca por indicadores inspirados em métricas de felicidade ou desenvolvimento humano (a exemplo dos princípios da Felicidade Interna Bruta - FIB), que permitam mensurar o impacto das políticas urbanas não apenas na infraestrutura, mas também na satisfação e na coesão social da população (DIAS, 2025).

2.4.7 Alinhamento com objetivos estratégicos para cidades inteligentes

O alinhamento com os objetivos estratégicos para cidades inteligentes refere-se à capacidade de um *masterplan* em integrar soluções tecnológicas e práticas de governança voltadas à eficiência urbana, sustentabilidade e inovação. Segundo Dias (2025), o planejamento urbano contemporâneo deve articular tecnologia, conectividade e dados abertos como instrumentos de suporte à gestão territorial, permitindo que decisões sejam tomadas com base em informações precisas e atualizadas. A autora enfatiza que a inteligência urbana deve estar presente não apenas na infraestrutura física, mas também nos sistemas de gestão e participação social, promovendo uma cidade mais interativa, inclusiva e resiliente.

Nesse contexto, o uso de tecnologias voltadas à mobilidade inteligente, à automação de serviços públicos e à transparência de dados constitui um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento urbano estratégico. Dias (2025) destaca que o sucesso de um *masterplan* inteligente depende da integração entre inovação institucional e engajamento coletivo, em que o poder público, o setor privado e a sociedade civil atuam de forma colaborativa. Assim, o alinhamento com as diretrizes das cidades inteligentes não se limita à adoção de ferramentas tecnológicas, mas envolve a criação de um ecossistema urbano conectado, eficiente e centrado no bem-estar humano.





3. METODOLOGIA

A avaliação crítica do *Masterplan* Palco Urbano foi desenvolvida a partir da metodologia de análise proposta por Dias (2025), que estabelece sete eixos fundamentais para a leitura de *masterplan*s contemporâneos: (i) coerência entre diretrizes e propostas; (ii) integração multiescalar; (iii) governança e participação; (iv) sustentabilidade territorial; (v) capacidade adaptativa; (vi) promoção do bem-estar e da felicidade urbana (FIB); e (vii) alinhamento com objetivos estratégicos de cidades inteligentes. Avalia-se o projeto a partir destes eixos estratégicos, buscando identificar suas potencialidades, fragilidades e seu alinhamento com as práticas contemporâneas de planejamento urbano (DIAS, 2024).

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta a leitura crítica do *Masterplan* Palco Urbano, desenvolvida a partir dos procedimentos metodológicos definidos anteriormente. A análise desdobra-se em duas frentes: inicialmente, são detalhadas as diretrizes projetuais da proposta e, na sequência, realiza-se a avaliação crítica a partir de cada um dos sete eixos. Essa abordagem permite uma compreensão sistemática do desempenho do plano em suas dimensões conceituais, espaciais e institucionais.

4.1 DIRETRIZES PROJETUAIS (A PROPOSTA DO *MASTERPLAN*)

Esta seção apresenta a proposta projetual do *Masterplan* Palco Urbano, fundamentada nos princípios metodológicos previamente estabelecidos e nas diretrizes conceituais que norteiam sua elaboração. São descritas as estratégias e diretrizes que orientam o desenvolvimento do plano, abrangendo sua concepção conceitual, organização espacial, estrutura funcional e relação com o contexto urbano existente. Busca-se demonstrar como o projeto traduz os objetivos gerais em soluções espaciais coerentes e integradas, articulando diferentes escalas e usos de forma harmônica.





4.1.1Terreno e seus Critérios de Localização

O terreno destinado ao *masterplan* está localizado em Cascavel (PR), com acesso principal pela Avenida Guaíra, abrangendo aproximadamente 10 hectares. Inserido em uma zona urbana com infraestrutura básica consolidada, mas com poucas edificações e atividades em seu entorno imediato, o espaço apresenta grande potencial estratégico. Por estar situado em um fim de vale, o terreno também oferece condições favoráveis para integrar soluções de drenagem natural e valorização da paisagem, reforçando sua vocação ambiental e urbana. Essa combinação permite que o masterplan atue como pólo estruturador, estimulando a ocupação ordenada e o desenvolvimento da região.

A implantação do *masterplan* nesse local possibilita um projeto que equilibre densidade e qualidade de vida, priorizando sustentabilidade, preservação ambiental e a criação de áreas verdes. Além de favorecer a biofilia e o convívio comunitário, a escolha da área reduz custos com grandes intervenções de infraestrutura e assegura conectividade com o restante da cidade. Dessa forma, o masterplan pode não apenas atender às necessidades da população local, mas também transformar a área em um novo núcleo de vitalidade urbana, articulando funções sociais, ambientais e estruturantes.



Figura 1: Localização do terreno

Fonte: Geoportal Cascavel, 2025





4.1.2 Conceito e Fundamentação da Proposta Arquitetônica

O masterplan Palco Urbano parte do conceito de um urbanismo que inspira e conecta, estruturando-se como um complexo cultural inovador e multifuncional. A proposta busca integrar espaços de cultura, educação, lazer e tecnologia em um ambiente urbano coeso, capaz de estimular a criatividade e a convivência social. O projeto incorpora instituições de prestígio internacional, como por exemplo a Escola de Balé Bolshoi e a Le Cordon Bleu, além de equipamentos culturais como teatro, museu e galeria de arte, configurando-se como um polo de referência internacional. A estratégia projetual valoriza a vitalidade urbana e a lógica da Cidade de 15 minutos, promovendo percursos fluidos, mobilidade ativa e diversidade de usos. Tais elementos fundamentam-se em autores como Jacobs (2009), que destaca a relevância da diversidade funcional e do uso misto para a vitalidade urbana.

Concebido para ser mais que um conjunto edificado, o Palco Urbano estrutura-se como um ícone cultural e urbano contemporâneo, atraindo investimentos e fomentando a economia criativa. As estratégias de projeto adotam princípios de biofilia, incorporando áreas verdes e o bosque biofilico como eixo articulador dos percursos, reforçando a integração entre natureza e espaço construído. Além disso, a presença de fachadas ativas assegura maior permeabilidade entre espaço público e privado, estimulando a vida urbana contínua. A fundamentação da proposta apoia-se ainda em indicadores de bem-estar, como o FIB urbano, evidenciando a busca por uma experiência urbana sofisticada, marcada por bem-estar (JACOBS, 2009; NUPEAT, UFG, 2011).



Figura 2 – Proposta do Masterplan Palco Urbano

Fonte: BRUSTOLIN et al., 2025





4.1.3 Fluxograma e Zoneamento (Setorização)

O programa do *masterplan* organiza-se a partir de um traçado orgânico, que orienta a setorização e cria percursos fluidos conectados às áreas verdes. No núcleo do projeto, a praça central funciona como ponto de convergência dos fluxos e espaço de convivência comunitária. Ao seu entorno, implantam-se equipamentos culturais e educacionais de caráter simbólico, como a Escola Gastronômica Le Cordon Bleu, a Escola de Balé Bolshoi e o conjunto formado pelo Teatro e Museu, consolidando o caráter cultural e formativo do espaço. O bosque biofilico, posicionado estrategicamente como corredor verde, conecta esses setores e promove a integração entre lazer, natureza e fruição urbana, reforçando princípios da biofilia e da vitalidade contínua (BRUSTOLIN ET AL., 2025).

Nas bordas do projeto, os setores de maior dinamismo urbano se articulam a partir de usos mistos e da lógica da Cidade de 15 minutos. Os edifícios em altura de uso misto estruturam a densidade habitacional e comercial, enquanto os edifícios com fachadas ativas fortalecem a interação entre térreo e espaço público. Complementarmente, a emissora de TV e o centro tecnológico ocupam áreas estratégicas, conectando inovação, mídia e produção cultural. O programa ainda inclui equipamentos 24/7, distribuídos de forma a assegurar vitalidade e segurança durante todo o dia, ampliando a acessibilidade e a mobilidade ativa. Essa composição transforma o projeto em um ícone urbano contemporâneo, capaz de aliar diversidade funcional, integração social e identidade cultural. (BRUSTOLIN ET AL., 2025)

I- Praça central
2- Escola gastronómica (Le Cordon Bleu)
5- Bosque biefilico
4- Teatra e Museu
9- Centro tecnológico
10- Emissora de IV

S- Escola de Bolé (Bolshol)
10- Emissora de IV

S- Escola de Bolé (Bolshol)
10- Emissora de IV

S- Espaços verbes
RIJAS
VIAS DE PEDESTRE
CICLOVIA

Figura 3 – Fluxograma da Proposta do Palco Urbano

Fonte: BRUSTOLIN ET AL., 2025





4.2 AVALIAÇÃO CRÍTICA DO MASTERPLAN

Após a apresentação das diretrizes do projeto, esta seção avança para sua avaliação crítica, fundamentada na aplicação da metodologia de análise previamente descrita. Em seguida, cada eixo é examinado individualmente, possibilitando uma leitura sistemática do desempenho do Masterplan Palco Urbano em seus aspectos conceituais, espaciais e institucionais.

4.2.1 Coerência entre Diretrizes e Propostas

O *Masterplan* Palco Urbano demonstra uma coerência entre suas diretrizes estratégicas e as propostas espaciais ao articular a ideia de Cascavel como polo cultural e criativo com a implantação de instituições de prestígio e equipamentos culturais.

Também integra as dimensões social, cultural, econômica e ambiental por meio de soluções biofílicas, espaços públicos e instituições de prestígio. Essa visão se alinha ao conceito de *masterplan* como um "ecossistema vivo", capaz de responder às complexidades urbanas de forma integrada, como proposto pela metodologia do BIG (DIAS, 2025).

Apesar disso, a análise aponta uma fragilidade: a ausência de indicadores claros de desempenho que permitam monitorar o alcance das metas propostas. Como observa Dias (2025), a eficácia de um *masterplan* depende da sua capacidade de combinar "visão de longo prazo com capacidade adaptativa de curto prazo".

Figura 4 – Avaliação da Coerência entre Diretrizes e Propostas do *Palco Urbano*

Critério de avaliação	Resumo/observações (Palco Urbano)
Clareza das diretrizes estratégicas	Observa-se que o plano define como objetivo consolidar Cascavel como polo cultural e criativo em âmbito internacional.
Consistência entre objetivos e propostas	Verifica-se que as diretrizes são materializadas por meio de escolas de prestígio, museu, teatro, galerias e espaços de convivência.
Ações estruturantes alinhadas a metas	Constata-se que os instrumentos previstos sustentam financeiramente as metas e viabilizam ações estratégicas.
Definição de indicadores de desempenho	Identifica-se ausência de indicadores objetivos (sociais, econômicos e ambientais) para acompanhamento da efetividade.
Integração das dimensões social, cultural, econômica e ambiental	Combina sustentabilidade (biofilia, telhados verdes, mobilidade ativa) com cultura e economia criativa.





4.2.2 Integração Multiescalar

O "Palco Urbano" demonstra uma preocupação com a integração multiescalar, embora enfrente desafios. Em escala metropolitana, o projeto estabelece vínculos com os corredores viários de Cascavel. Na escala municipal, verifica-se compatibilidade com o macrozoneamento do Plano Diretor de Cascavel, já que a área escolhida encontra-se em zona de adensamento, apta ao uso misto. Além disso, o projeto amplia a rede cultural e educacional da cidade com equipamentos de relevância internacional.

Em escalas mais locais, como a do bairro e da quadra, o plano mostra sensibilidade ao propor conexões de mobilidade ativa, ciclovias e acessibilidade universal, reforçando o conceito de cidade de 15 minutos. A praça central, o parque linear e os espaços de convivência biofílicos promovem a vida cotidiana, ampliando a vitalidade urbana.

Contudo, é necessário reconhecer que a inserção de equipamentos de alto padrão pode acentuar contrastes socioespaciais com os bairros vizinhos, o que exige medidas de mitigação para garantir maior inclusão social.

Figura 5 – Avaliação da Integração Multiescalar do Masterplan Palco Urbano

Dimensão	Tema	Critério de Avaliação	Resumo/observações (Palco Urbano)
Metropolitana	Ambiental	Compatibilidade com áreas de preservação e corredores ecológicos	Verifica-se que o projeto incorpora bosque biofílico e corredores verdes, reforçando a proteção ambiental.
Metropolitana	Economia / Cultura	Potencial de articulação regional	Constata-se que o complexo cultural reforça a vocação regional e internacional do município.
Município	Uso do Solo	Coerência com macrozoneamento	Identifica-se que o projeto está inserido em zona consolidada (ZEA 3), compatível com uso misto e adensamento qualificado.
Município	Equipamentos	Complementação da rede cultural e de lazer	Verifica-se que o projeto amplia a oferta cultural por meio de instituições de prestígio internacional.
Bairro	Mobilidade	Conexão viária e mobilidade ativa	Constata-se que ciclovias, vias de pedestres e acessibilidade universal reforçam o conceito de cidade de 15 minutos.
Quadra / Lote	Espaço Público	Integração dos espaços abertos	Observa-se que a praça central, o parque linear e as áreas biofílicas fortalecem a vitalidade e o acesso à cultura.
Quadra / Lote	Sustentabilidade	Adoção de soluções sustentáveis	Constata-se que telhados verdes, placas solares e permeabilidade do solo reforçam o compromisso ambiental.
Quadra / Lote	Habitação / Uso Misto	Diversificação funcional e vitalidade 24/7	Verifica-se que o uso misto, as fachadas ativas e os equipamentos contínuos promovem diversidade e vitalidade urbana.







4.2.3 Governança e Participação

No Palco Urbano, percebe-se o uso de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, como a Outorga Onerosa, Operações Urbanas Consorciadas e Concessões de Uso, que reforçam a viabilidade jurídica e financeira do projeto. Contudo, ainda há fragilidades no que se refere à participação cidadã e à transparência contínua do processo.

Embora o Palco Urbano mencione a função social dos espaços, não explicita canais concretos de participação ativa. A experiência de Barcelona com *Pla General Metropolità* (1976), com seus conselhos e orçamentos participativos, serve como um contraponto ao modelo centralizado. Em contraste, a governança excessivamente verticalizada do projeto Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, é um exemplo dos riscos de se distanciar das comunidades locais (DIAS, 2025).

Outro ponto que merece atenção é a ausência de mecanismos claros de prestação de contas e de instâncias de controle social. A literatura demonstra que a legitimidade dos *masterplans* se fortalece quando há conselhos gestores, portais de transparência e instrumentos de fiscalização cidadã, como aponta Dias (2025).

Figura 6 – Avaliação da Governança e Participação do Masterplan Palco Urbano

Dimensão	Critério de Verificação	Resumo/observações (Palco Urbano)
Modelo de Governança	Integração de poder público, setor privado e sociedade civil	Observa-se que o plano prevê PPPs e concessões, mas não detalha instâncias colegiadas permanentes.
Transparência	Clareza nos processos e acesso público à informação	Verifica-se ausência de mecanismos contínuos de transparência digital e acompanhamento público.
Participação Social	Inclusão comunitária em todas as fases do projeto	Constata-se que o plano menciona função social, porém carece de canais de participação ativa da população local.
Envolvimento de Stakeholders	Inclusão de universidades, investidores, comunidade artística e moradores	Identifica-se forte presença de instituições culturais, embora com pouco detalhamento sobre articulação comunitária.
Controle Social	Fiscalização cidadã e monitoramento independente	Observa-se que não há instâncias de controle externo, recomendando-se a criação de um comitê gestor plural.
Instrumentos Legais e Operacionais	Normas e ferramentas de execução	Verifica-se que o plano prevê instrumentos normativos, mas precisa reforçar compromissos sociais e ambientais.





4.2.4 Sustentabilidade Territorial

O plano incorpora telhados verdes, corredores biofílicos e mobilidade ativa, alinhando-se a estratégias de mitigação climática e mobilidade sustentável. Também prevê instrumentos econômicos que podem atrair investimentos privados. Contudo, a ênfase em equipamentos elitizados coloca em risco a inclusão social e o acesso democrático aos espaços. Cumpre o eixo em aspectos ambientais e econômicos, mas não alcança plenamente a dimensão social, configurando atendimento parcial.

Como reforça Dias (2025), a sustentabilidade nos *masterplans* deve ir além de medidas pontuais, integrando-se à lógica territorial e assegurando justiça social. O Palco Urbano avança nesse sentido, mas precisa de mecanismos claros para equilibrar prestígio cultural com inclusão social e acessibilidade.

Figura 7 – Avaliação da Sustentabilidade Territorial do Masterplan Palco Urbano

Dimensão	Critério de Verificação	Resumo/observações (Palco Urbano)
Sustentabilidade Ambiental	Masterplan como "ecossistema vivo" (BIG)	Observa-se que telhados verdes, corredores biofílicos e permeabilidade do solo mitigam impactos ambientais.
Sustentabilidade de Mobilidade	Cidade de 15 minutos e adensamento sustentável	Verifica-se que ciclovias, percursos de pedestres e bicicletários reforçam a mobilidade de baixo impacto.
Sustentabilidade Social	Inclusão e acesso democrático (DIAS, 2025)	Constata-se que os espaços de convivência são positivos, mas o risco de elitização limita a inclusão social.
Sustentabilidade Econômica	Uso do Estatuto da Cidade (Outorga; OUC)	Identifica-se que o projeto atrai turismo e investimentos, mas requer contrapartidas sociais e culturais.
Resiliência Climática e Inteligência Urbana	Soluções de Energia limpa e eficiência urbana	Observa-se que LED solar, placas fotovoltaicas e semáforos inteligentes ampliam a eficiência e a resiliência urbana.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

4.2.5 Capacidade Adaptativa

O *masterplan* apresenta mecanismos de flexibilidade normativa, como Operações Urbanas Consorciadas e Outorga Onerosa, além de prever vitalidade 24/7 e usos mistos, o que aumenta a resiliência programática. Também incorpora tecnologias de *smart cities*, que permitem gestão urbana





em tempo real. No entanto, não estabelece dispositivos de revisão periódica participativa, o que compromete a continuidade política e social do plano. Cumpre parcialmente o eixo.

De acordo com Dias (2025), a adaptabilidade é condição indispensável para o êxito de *masterplans* em contextos incertos, e precisa ser sustentada por arranjos de governança robustos e democráticos.

Figura 8 – Avaliação da Capacidade Adaptativa do Masterplan Palco Urbano

Critério de Verificação	Resumo/observações (Palco Urbano)
Flexibilidade normativa	Observa-se que o uso de Outorga Onerosa e Operações Urbanas Consorciadas prevê revisões normativas e contrapartidas, ampliando a adaptabilidade jurídica.
Modulação programática	Verifica-se que a implementação de uso misto e vitalidade 24/7 promove diversificação funcional e resiliência diante de transformações sociais e econômicas.
Soluções tecnológicas	Constata-se que postes LED, semáforos inteligentes e câmeras comunitárias favorecem gestão urbana dinâmica.
Resiliência ambiental	Identifica-se que telhados verdes e estratégias de biofilia fortalecem respostas às mudanças climáticas.
Continuidade política e social	Observa-se risco de descontinuidade e elitização em razão da ausência de revisão periódica participativa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

4.2.6 Promoção do Bem-Estar e da Felicidade Urbana (FIB)

O projeto adota estratégias de vitalidade urbana, praças biofílicas e equipamentos culturais que favorecem qualidade de vida e vínculos comunitários. A lógica da cidade de 15 minutos reduz deslocamentos e amplia a integração social.

Equipamentos de prestígio, como *Bolshoi* e *Le Cordon Bleu*, reforçam vínculos comunitários pela integração entre cultura, educação e lazer. Contudo, as marcas de luxo em evidência podem restringir a democratização do acesso, criando um viés elitista. Como alerta Dias (2025), a felicidade urbana só se concretiza quando os espaços urbanos são inclusivos, acessíveis e acolhedores a diferentes perfis sociais.





Figura 9 - Avaliação do Bem-Estar e da Felicidade Urbana (FIB) no Palco Urbano

Critério de Verificação	Análise Crítica / Observações
Qualidade de vida e vitalidade	Observa-se que o uso contínuo do espaço aumenta vitalidade e pertencimento social.
Equilíbrio entre trabalho, lazer e cultura	Verifica-se que o plano integra educação, lazer e cultura, ampliando experiências urbanas.
Saúde emocional e contato com a natureza	Constata-se que os ambientes de descanso fortalecem a saúde emocional e o bem-estar coletivo.
Vínculos comunitários	Identifica-se que o projeto favorece a integração comunitária e reduz deslocamentos.
Inclusão e democratização	Observa-se risco de elitização que reduz o alcance social da proposta, exigindo políticas de acesso.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

4.2.7 Alinhamento com Objetivos Estratégicos para Cidades Inteligentes

O Palco Urbano apresenta alinhamento com o conceito de *smart city* ao propor soluções aplicadas à mobilidade, à segurança e à infraestrutura urbana. No que tange à tecnologia e infraestrutura: bicicletários com sensores, semáforos inteligentes, iluminação pública eficiente e câmeras conectadas ampliam a percepção de segurança e a gestão urbana em tempo real.

Também utiliza instrumentos do Estatuto da Cidade para viabilizar tais soluções. Contudo, não aborda a questão de dados abertos nem a governança digital participativa, limitando a efetividade da inteligência urbana. Uma cidade se torna verdadeiramente inteligente quando a tecnologia serve à cidadania. Como destaca Dias (2025), não basta adotar dispositivos tecnológicos: é preciso inseri-los em processos transparentes e colaborativos para que a cidade se torne, de fato, inteligente.

Figura 10 – Alinhamento do Palco Urbano com Cidades Inteligentes

Critério de Verificação	Observações (Palco Urbano)
Soluções tecnológicas	Observa-se que postes com LED, sensores e câmeras comunitárias aprimoram a eficiência e a segurança urbana.
Mobilidade inteligente	Verifica-se que as ciclovias, os bicicletários sensorizados e o desenho urbano compacto contribuem para reduzir deslocamentos.
Inovação institucional	Constata-se que o plano utiliza instrumentos normativos para financiar infraestrutura inteligente e cultural.
Dados abertos e participação cidadã	Falta detalhamento sobre coleta, compartilhamento e uso de dados urbanos de forma aberta.







Em síntese, o *masterplan* Palco Urbano demonstra alto potencial ao articular cultura, sustentabilidade e inovação em uma proposta coerente com o urbanismo contemporâneo. Seu êxito, porém, dependerá da capacidade de transformar o projeto em um pacto social inclusivo, fortalecendo governança e participação para que se consolide como um espaço público vibrante e acessível a toda a comunidade de Cascavel.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução, apresentou-se o tema e o problema da pesquisa, centrados na análise crítica do *Masterplan Palco Urbano* sob a ótica do planejamento urbano contemporâneo. A investigação justificou-se pela necessidade de compreender como projetos de grande escala podem contribuir para a vitalidade urbana, a sustentabilidade e a inclusão social, buscando um equilíbrio entre inovação e identidade local.

O marco teórico baseou-se em autores como Jane Jacobs (2009), Jan Gehl (2014) e Solange Dias (2025), que fundamentaram a reflexão sobre vitalidade urbana, escala humana e avaliação de *masterplans* por meio de sete eixos metodológicos. O método científico adotado seguiu, portanto, a proposta de Dias (2025), permitindo a leitura do plano em múltiplas dimensões — espacial, social, ambiental, tecnológica e institucional.

O desenvolvimento do trabalho dividiu-se em duas etapas principais: a análise projetual do *Masterplan Palco Urbano* e a avaliação de seus resultados. Retomando-se o problema de pesquisa: como conceber e avaliar um *masterplan* capaz de promover vitalidade urbana, sustentabilidade e inclusão social? Pressupôs-se como hipóteses que a diversidade de usos e a vitalidade contínua potencializam a dinâmica urbana e a segurança; que a biofilia e a mobilidade ativa favorecem o bemestar coletivo; e que os instrumentos de gestão urbana garantem a viabilidade econômica do projeto.

Os resultados evidenciaram que o Palco Urbano apresenta coerência entre diretrizes e propostas, integração multiescalar e alinhamento com princípios de cidades inteligentes, destacandose pelo uso misto, pela presença de instituições culturais e pela adoção de soluções biofílicas e tecnológicas. Contudo, observou-se a necessidade de maior fortalecimento da governança participativa e de estratégias que ampliem a inclusão social e a capacidade adaptativa do plano.







Com base na análise desenvolvida, considera-se que os objetivos específicos foram atingidos, permitindo concluir que o método aplicado se mostrou eficaz para avaliar a coerência e a sustentabilidade de *masterplans* urbanos. Assim, o objetivo geral também foi alcançado, uma vez que a pesquisa contribuiu para a compreensão crítica de como grandes projetos podem se articular de forma equilibrada entre inovação, cultura e bem-estar coletivo.

Conclui-se, portanto, que um *masterplan* capaz de promover vitalidade urbana e sustentabilidade deve integrar diversidade de usos, participação cidadã, tecnologia e flexibilidade projetual. Nessa perspectiva, o *Masterplan Palco Urbano* configura-se como uma proposta promissora para Cascavel-PR, por alinhar planejamento e sensibilidade urbana, podendo servir como referência para futuros estudos e práticas de desenvolvimento urbano sustentável.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Felicidade Interna Bruta como política pública: o caso de Butão**. Publicado em 2024. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1012337/felicidade-interna-bruta-comopolitica-publica-o-caso-de-butao. Acesso em: 02 out. 2025.

ARCHDAILY. **Urbanismo Tático**. 2023. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/tag/urbanismo-tatico. Acesso em: 22 set. 2025.

ÁVILA, Bruno. **Sete passos para cidades mais inteligentes.** 15 Mai. 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 29 Set 2025. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/871315/sete-passos-paracidades-mais-inteligentes?ad source=search&ad medium=search result articles

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRITTO, Fernanda. **O uso misto do solo como mecanismo para reduzir a criminalidade**. ArchDaily Brasil, 10 abr. 2013. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-108140/o-uso-misto-do-solo-como-mecanismo-para-reduzir-a-criminalidade. Acesso em: 05 out. 2025.

BRUSTOLIN, Marina Fogaça, DIAS, Solange Irene Smolarek, OLIVEIRA, Luciane Mohr de, ROCHA, Maria Eduarda Gonçalves, ROMERO, Milena Cawany. **Masterplan Palco Urbano: Planejado para ser um urbanismo que inspira e conecta.** Paraná.2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1dC4T_S67CWtqgiIJcyXjcRJJ-5GqQfWn/view Acesso em: 7 out. 2025.







DIAS, Solange Irene Smolarek. **Projeto de urbanismo, arquitetura e paisagismo: masterplan em expressão conceitual**. 2025 Cascavel: Editora Studio CSD, 2025. ISBN 978-65-984035-6-0.

DIAS, Solange Irene Smolarek. **Urbanismo: Coletânea de estudos sobre teorias da urbanização, desenho urbano e infraestrutura urbana.** 2024

ECOTELHADO. **Felicidade Interna Bruta (FIB): é uma boa ideia para as políticas públicas**. Publicado em 29 jan. 2024. Disponível em: https://ecotelhado.com/blog/fib/. Acesso em: 02 out. 2025.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2014. Disponível em: https://www2.fag.edu.br/professores/solange/2021.1%20-%20URBANISMO%20LEG.%20URBANA%20EST.%20CIDADE/BIBLIOGRAFIA/4.4%20Livr o_Cidade_para_pessoas_-_Jan_Gehl_text.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

GHISLENI, Camilla. Sustentabilidade social: o papel do processo participativo de projeto na criação de espaços coletivos. 13 Ago 2023. ArchDaily Brasil. Acessado 30 Set 2025. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1004323/sustentabilidade-social-o-papel-do-processo-participativo-de-projeto-na-criacao-de-espacos-coletivos?ad_source=search&ad_medium=search_result_articles

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

MOREIRA, Susanna. **O que é um master plan?** ArchDaily Brasil, 18 abr. 2021. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/959216/o-que-e-um-master-plan. Acesso em: 15 set. 2025

NUPEAT (UFG). **Felicidade Interna Bruta (FIB)**. Goiás, 2011. Disponível em: https://nupeat.iesa.ufg.br/n/4040-felicidade-interna-bruta-fib. Acesso em: 02 out. 2025.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade; para compreender...** / Isabel Cristina Eiras de Oliveira. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64p.

PACHECO, P. **O poder de transformação do urbanismo tático. The City Fix Brasil**. 2018. Disponível em: http://thecityfixbrasil.com/2018/05/14/o-poder-de-transformacao-do--urbanismo-tatico/. Acesso em: 22 set. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. *GeoPortal – SIGWEB de Cascavel* [site]. Cascavel (PR), 2025. Disponível em: https://geocascavel.cascavel.pr.gov.br/geo-view/index.ctm?. Acesso em: 13 out. 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Novo PDE – **Fachada Ativa**. São Paulo, 2024. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-fachada-ativa/. Acesso em: 05 Set. 2025.









ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica.** Revista de Economia e Administração, v. 13, n. 2, p. 123-138, 2012.

SEDUH-DF. **Estudo Técnico Fachada Ativa**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.seduh.df.gov.br/documents/8133848/9791017/Estudo-T%C3%A9cnico-Fachada-Ativa.pdf. Acesso em: 05 Set. 2025.